

RUI BARBOSA NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1889): A IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. – UEM – mcgmachado@uem.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: CNPq

Rui Barbosa (1849-1923) deixou como legado muitos textos escritos, dentre eles artigos para jornais, tendo colaborado no *Diário de Notícias* durante sete meses no ano de 1889. Este texto busca indagar sobre o papel do Estado e da educação para Rui Barbosa no processo de modernização da sociedade brasileira, tomando-se por base os artigos de sua autoria publicados nesse jornal carioca.

As fontes utilizadas nesta pesquisa não têm sido estudadas pelos historiadores, principalmente pelos da educação. Acredita-se que os artigos, publicados no jornal supracitado, constituem-se em importantes materiais para pesquisa. Por meio deles, Rui Barbosa iniciou, em 1889, uma forte campanha para que a monarquia adotasse o regime federativo, a exemplo dos Estados Unidos, escrevendo sobre diversas questões. Os artigos focados foram escritos após o período comumente estipulado como aquele em que o autor se dedicara às questões educacionais: de 1881 a 1886 (MACHADO, 2002). Suas idéias sobre a relação entre o Estado e a educação, após esse período, ainda não foram objeto de estudos. Por isso, procura-se conhecer o papel que ele atribuía ao Estado e à Educação nos artigos escritos para a imprensa carioca no ano de 1889.

Neste texto, ao estudar o material produzido por Rui Barbosa, procura-se inseri-lo no seu período histórico, recuperando, assim, toda a problemática do homem do final do século XIX e começo do XX, já que se considera que o conjunto de questões por ele abordado extrapolava seu trabalho como jornalista. Isto é, busca-se compreender o pensamento de Rui Barbosa no interior do combate histórico dos homens do período em questão. Os esforços concentram-se no sentido de recuperar fontes primárias, como projetos, pareceres, cartas, documentos legislativos, relatos e, principalmente, os artigos de jornais. Para tanto, este texto aborda algumas informações biográficas do autor, com destaque para seu projeto de reforma educacional; em seguida, enfatiza a necessidade de um tratamento diferenciado para o uso da fonte jornalística; finalmente, apresenta as posições de Rui Barbosa defendidas no jornal *Diário de Notícias*.

1 Rui Barbosa: algumas informações biográficas e sua posição sobre educação

Rui Barbosa teve uma longa vida como parlamentar, participou, ativamente, da política brasileira por mais de cinquenta anos, realizou muitos trabalhos como jurista e publicou grande quantidade de artigos em jornais¹. Na imprensa, Rui Barbosa continuou a luta pela abolição já iniciada quando parlamentar. Em 1888, foi decretada a abolição da escravatura, dando por encerrada essa questão. No jornal *Diário de Notícias* (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I ao VIII), ele iniciou, em 1889, uma forte campanha para que a monarquia adotasse o regime federativo, a exemplo dos Estados Unidos. Proclamada a República pela tropa comandada pelo general Deodoro da Fonseca, foi convidado a ocupar a pasta das finanças.

Após sua demissão do cargo, a Câmara foi dissolvida e Rui Barbosa assumiu a direção do *Jornal do Brasil* (BARBOSA, 1945), em que defendia a eleição para presidente após a instauração da ditadura de Floriano Peixoto. No exílio, em 1893, colaborou com o *Jornal do Comércio*. Em 1895, de volta ao Brasil, voltou-se para o jornalismo e publicou artigos no jornal *A Imprensa* (BARBOSA, 1979, v. XXVI, t. I ao III; v. XXVI, t. III ao VII; v. XXVII, t. III ao IV; v. XXVIII, t. II) até 1901. Voltou esporadicamente a esse veículo de divulgação no início da década de 1910, abandonando-a posteriormente.

Rui Barbosa era um homem informado sobre a dinâmica do mundo, em permanente contato com a Europa, conhecedor da realidade brasileira, autor de uma imensa obra tratando de vários problemas do país e de um minucioso projeto de educação pública. Trata-se, entretanto, de um ilustre autor pouco estudado pelos historiadores da Educação.

Rui Barbosa elaborou dois importantes diagnósticos sobre educação que se intitulam a Reforma do Ensino Secundário e Superior (BARBOSA, 1942, v. IX, t. I) e *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública* (BARBOSA, 1947, v. X, t. I ao IV), apresentados à Câmara dos Deputados em 1882 e 1883 respectivamente. Ele fez parte, como relator, da Comissão de Instrução Pública encarregada

¹ Sobre o trabalho de Rui Barbosa como jornalista, ler o capítulo *Rui Jornalista* de Lustosa (2000); o livro *Rui Barbosa: cronologia da vida e obra* (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1995); e o livro *Centro de Documentação. Arquivo Histórico. Repertório do Arquivo de Rui Barbosa* (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1987).

de apreciar o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria do ministro Carlos Leôncio de Carvalho, o qual reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império (GONÇALVES, 2000 b). Nos *pareceres*, Rui Barbosa colocou a necessidade de o Estado assumir total responsabilidade para com o financiamento e a oferta da educação desde o jardim de infância até o ensino superior, buscando garantir o acesso das camadas populares. Para a universalização do ensino, defendeu a gratuidade, a laicidade e a sua obrigatoriedade, organizando um sistema nacional de ensino. Em 1884, deixou o parlamento, candidatou-se, por duas vezes consecutivas, ao cargo, em 1885 e 1886, mas não foi reeleito. Fora da Câmara dedicou-se à advocacia, à imprensa e publicou a tradução de *Lições de Coisas* (BARBOSA, 1956, V. XII, t. 1), do educador americano Norman Allison Calkins, em 1886, no qual explicitava o método de ensino adotado nas escolas.

Nos *pareceres*, defendeu que o Estado deveria se encarregar da oferta da educação para o povo, criando os jardins de infância e a escola primária no Município da Corte, reformando o ensino secundário e o ensino superior em todo o Império. Defendia, ainda, para todos esses níveis, a obrigatoriedade do ensino, mesmo que isso contrariasse a soberania e a liberdade individual do cidadão brasileiro. Sua posição se diferenciava da defesa da liberdade individual, da liberdade de comércio e da compreensão do papel do Estado na sociedade, fundamentava-se em um liberalismo sem amarras, liberalismo este que defendia veementemente nas fileiras do Partido Liberal.

Rui Barbosa foi membro desse partido e compartilhou de suas idéias sobre variadas questões, como a abolição da Guarda Nacional, o recrutamento exclusivamente voluntário da força armada, a abolição dos escravos, a reforma policial, judiciária, eleitoral e a da instrução pública. Rui Barbosa assim enumerou as reivindicações liberais de 1877, algumas das quais ainda não haviam se concretizado em 1889, comentando os descaminhos desse partido num artigo de 11 de maio: governo dos ministros nos atos do poder moderador; ampla descentralização provincial e municipal; eleição direta; liberdade e reforma geral do ensino; abolição da guarda nacional; independência do poder judiciário; reforma policial; derrogação de todas as jurisdições administrativas; supressão do caráter político ao Conselho de Estado; temporariedade do Senado; registro civil; secularização dos

cemitérios; casamento civil obrigatório; liberdade plena do culto público; eliminação do juramento religioso; emancipação dos escravos (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. II, p. 317).

Ele criticava a timidez com a qual o partido procurava executar os pontos de seu projeto político e, em 1888, distanciou-se do Partido Liberal devido à política econômica adotada pelo Ministro da Fazenda, Visconde de Ouro Preto (GONÇALVES, 2000 a). Discordava do partido por não prever, em seu programa, o regime federativo para o país. Para ele, a centralização do governo monárquico impedia a modernização da sociedade brasileira e, por isso, travou uma intensa campanha, discutindo essa questão por meio do jornal *Diário de Notícias*, em 1889, organizado e publicado em suas *Obras Completas* sob o título *Queda do Império* (BARBOSA, 1947, v. XVI).

Em 1921, Rui Barbosa escreveu uma introdução à *Queda do Império* e, inicialmente, destacou o fato de estar sempre mudando de opinião sobre questões postas na sociedade brasileira, o que gerava muitas críticas. Dos textos legados pelo autor, os jornalísticos são os que melhor revelam as metamorfoses de seu pensamento, requerendo, portanto, um tratamento metodológico especial, dada a especificidade dessa fonte de pesquisa.

2 A opinião de Rui Barbosa no Jornalismo: Apontamentos Metodológicos

No século XIX, entre 1830 e 1890, verificou-se um crescimento no consumo de jornais; segundo Silva (1997), isto se devia às transformações que estavam se processando, como a alfabetização, a diminuição da jornada média de trabalho, a elevação do salário mínimo e o aumento dos bens de consumo em muitos países ocidentais. Tais mudanças levaram os jornais a se tornarem um hábito para um grande número de pessoas. Nele, escreviam os homens letrados ligados à política e à literatura, tornando-se uma tarefa de intelectuais. Questionando essa definição, Lage (1997, p. 165-166) afirma:

Quanto aos intelectuais, esse rótulo é menos profissional do que pragmático e meritório. Refere-se a dotes de espírito e de inteligência, mas também de uma certa presunção de poder. Contém juízo de valor e reconhecimento de uma dimensão política. Isso significa que, existindo numa sociedade advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, jornalistas, cientistas, teatrólogos, musicistas, roteiristas, alguns serão chamados de intelectuais, outros não. Os intelectuais como estamento, descendem dos sacerdotes. Cabia a estes formalizar a doutrina

do Estado e sua justificativa métrica, conhecer o código lingüístico do mundo dos Homens, representar a realidade presente à história de modo a validar os projetos e ambições, hierarquias e preservar os saberes da liturgia no discurso do poder. Viver os problemas do mundo por meio de representações simbólicas, como fazem os intelectuais, é uma experiência que tem suas peculiaridades.

O jornalismo se mostra como uma atividade intelectual, pressupõe valores morais e éticos, o intelectual que a ele se dedica procura informar e ao mesmo tempo formar, assumindo o papel de educador. Nesse largo sentido, o trabalho do intelectual Rui Barbosa se inseria na vida urbana da cidade do Rio de Janeiro e na vida política do último ano do Império por meio dos artigos do “Diário de Notícias”.

Para a análise dessas fontes, parte-se do pressuposto de que a imprensa é um local que facilita o conhecimento das questões econômicas, sociais, políticas e educacionais de determinada sociedade. Concorde-se com Nóvoa (1997, p. 31) quando afirma acerca da imprensa pedagógica:

É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e a prática, entre os projectos e a realidade, entre a tradição e a inovação [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o carácter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Os escritos jornalísticos assumem um carácter fugaz e imediato, pois tratam dos acontecimentos do dia-a-dia e têm como característica provocar a reação dos leitores sobre idéias e posições, normas e leis, principalmente sobre situações políticas. Rui Barbosa era muito enfático na defesa de suas idéias, e a cada provocação respondia como questão de vida e morte, considerando cada questão como o alfa e o omega, nunca se omitindo. Essa sua característica está presente também nos artigos legados, que foram publicados em jornais ligados a partidos políticos. Por meio de seus escritos, apelava para os debates e as discussões, evidenciando os conflitos vivenciados no momento da transição do trabalho escravo para o assalariado e da passagem da forma de governo monárquico para o republicano. O período estudado marca a mudança da forma de governo e o momento em que o país lutava por modernizar-se, consolidando as relações burguesas e a produção sob os auspícios do capitalismo.

Faria Filho (2002, p. 134), ao escrever sobre o jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX, menciona a importância dos jornais:

Nos jornais encontramos como que “um retrato em branco e preto” da realidade mineira do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra, venda, troca de escravos e outras “mercadorias”, quanto a exposição de motivos para revoltas, revoluções e projetos políticos para o futuro da nação. Também aqui, como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Rui Barbosa apresentava seus projetos para o futuro da nação através de jornais. Após concluir o Curso de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1871, iniciou sua vida profissional como um dos redatores do *Jornal da Bahia*, de propriedade de Manoel Dantas, um conhecido chefe político do Partido Liberal da província baiana. Ao apresentar o projeto de reforma do sexagenário, em 1884, que propunha a libertação dos escravos com mais de sessenta anos, e não obtendo a aprovação do mesmo, voltou-se para a imprensa com intensidade. Ele a utilizava para defender suas idéias e formar opiniões. A imprensa é considerada um dispositivo privilegiado para forjar o sujeito/cidadão (BASTOS, 2002), pois informa sobre fatos, acontecimentos, criando uma forma de interpretar a realidade e por meio do qual os intelectuais apresentavam suas idéias ao público. Rui Barbosa tirou muito proveito desse meio de divulgação.

3 Estado e Educação no *Diários de Notícias*

O prefácio das *Obras Completas de Rui Barbosa*, nos volumes sobre o objeto focado, foi redigido por Hermes Lima, o qual destacou que Rui Barbosa foi convidado para escrever no *Diário de Notícias* depois de deixar o parlamento em 1884, onde ocupava uma cadeira como Deputado Geral, permanecendo na direção desse jornal no ano de 1889. Ele buscava reformar a monarquia, porém sua campanha jornalística serviu à causa da República. É importante ressaltar, contudo, que a defesa desse regime não era sua intenção, fazia a defesa intransigente da federação, discutindo-a pelas páginas do citado jornal.

Para ele, o jornal estava em antagonismo com o republicano, com o liberal e com o conservador, mostrando-se desta forma polêmico. Redigiu uma autobiografia, explicando

porque a federação se colocava como questão fundamental, era uma pretensão liberal havia cerca de sessenta anos no Brasil, pois acreditava que a centralização monárquica impedia a modernização da sociedade brasileira. Para ele, sua campanha pelo jornal buscava republicanizar a monarquia por meio da grande descentralização da federação das províncias sob a presidência parlamentar da monarquia. Considerava que a origem do movimento republicano não remontava ao ódio negreiro, visto que a sua verdadeira causa se encontrava nos abusos da própria monarquia.

Nos artigos publicados no jornal *Queda do Império*, foram tratadas muitas questões que podem ser reunidas em três grupos. No primeiro grupo podem-se relacionar as questões ligadas à cidade do Rio de Janeiro e seus problemas cotidianos, como o saneamento; o problema do beribéri na Marinha; o abastecimento de água na capital; o serviço de iluminação na cidade e o abastecimento de gás, entre outras. No segundo grupo, encontram-se as críticas levantadas contra a Família Real, denunciando os incidentes que a envolviam; o endeusamento da princesa por ter assinado a Lei Áurea; a queda da Monarquia; a doença do Imperador e os Conselheiros da coroa que a prejudicavam. Finalmente, relatava problemas políticos das mais diferentes ordens, como o direito de reunião; os incidentes entre monarquia e exército; a liberdade comercial; a reforma eleitoral; o casamento civil; a guarda negra; a centralização que tirava a independência do presidente da província; o senado brasileiro; a imigração artificial; o separatismo, a educação, entre outros.

Rui Barbosa discutia a reorganização do trabalho iniciada com a emancipação dos escravos, ressaltava o temor dos grandes proprietários de terras com a falta de braços para a lavoura. Criticava a falta de incentivo pelo Estado para a imigração, escreveu sobre uma lei e aviso do Ministério da Agricultura, de 23 de dezembro de 1886, que instituiu, "[...] para legitimar pagamento, a exibição de provas demonstrativas da fixação dos colonos na lavoura" (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p.103). Questionou, também, a qualidade dos imigrantes:

E que espécie de imigração é essa, com que as transações de s. exa. nos vão inundar? Será a imigração que prospera, que depura, que civiliza o país? Não: é a imigração da escória européia, colhida sem escrúpulos nas sarjetas do proletariado urbano, dos sobejos das cadeias, do vício odioso e esfarrapado, que o sistema do subsídio por capitação colhe, e deriva para entre nós (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 105).

Rui Barbosa continuou em várias edições criticando o Ministério da Agricultura na questão da imigração, reforçava que se devia trazer homens para o trabalho no campo. Lembrava a necessidade de preparar o terreno para receber o imigrante: fomentando modificações no cenário brasileiro, com a construção de via férrea, a adoção das liberdades política e religiosa, de facilidades na nacionalização, de reformas liberais na transmissão de terra e circulação dos títulos de propriedade, entre outras.

Apareciam com mais frequência, em o jornal *Queda do Império*, artigos que se referiam à emancipação dos escravos, embora ela já tivesse ocorrido oficialmente no ano de 1888 com a assinatura da Lei Áurea. No artigo intitulado “10 de Março”, Rui Barbosa fez uma interessante discussão sobre a abolição:

A reação do gabinete 20 de agosto levava ao paroxismo a crise, em que a propriedade servil arquejava desde o ministério 6 de junho. Complicada com o conflito abertamente travado entre o exército e o governo, com as humilhações a que este confessamente se agachara, com a subalternidade que a força armada lhe impusera, com a dispersão incruenta, mas geral e definitiva, dos cativos em São Paulo, a agonia do escravismo chegara ao estertor, desesperada e impaliável. O gênio da abolição anunciava à alma popular a hora da consagração suprema das suas aspirações: porque a resistência desaparecera, com o prestígio da autoridade nas capitulações sucessivas do ministério Cotegipe, e com a solidariedade entre ele e o senado ante o Quero da espada impaciente dos generais. Quando o êxodo da raça escravizada, propagando-se já pela província do Rio de Janeiro, mostrou ao poder que, para demorar os dias da escravidão, seria mister recativar, homem por homem, a massa inumerável dos evadidos, e guardar cada fazenda mediante uma companhia de sicários fardados (pois o soldado brasileiro repelia a missão ignóbil) - as exigências dessa conjuntura, decisiva em relação a toda a ordem social no país, encontraram a coroa e o executivo trêmulos, quase súplices, aos pés do exército agitado pelo calor da grande conflagração, a fraternizar publicamente com ela.

Logo que o escravo se fez homem, pela consciência de que o era, e o *Nom possumus* militar desarmou as reivindicações dos proprietários, a abolição estava de fato promulgada. [...] O tropel longínquo do povo negro, derramando-se pelos serros paulistas, murmurava aos nossos ouvidos.[...]

A nação inteira declarava-se acoitadora dos fugidos [...] (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 33-35).

Rui Barbosa destacava, assim, que o escravo decretou sua própria liberdade e não havia nenhuma outra alternativa para a monarquia senão abolir os escravos. No primeiro aniversário da abolição, 13 de maio de 1889, Rui Barbosa escreveu o artigo "O Dia Máximo" (1947, v. XVI, t. I, p. 337-338), comemorando o fim da escravidão e lembrando toda a repressão que ela mantinha

A data de hoje é, presentemente, a maior da nossa pátria, por várias razões, qual a qual de per si bastante para lhe conferir esta supremacia gloriosa. Ela recorda a mais insigne homenagem pleiteada, entre nós, ao bem, à humanidade e ao direito. Ela exprime a mais esplêndida conquista da consciência popular contra a reação dos grandes interesses oficiais. Ela rasga ao nosso futuro o pórtico gigantesco, por onde hão-de passar a liberdade política e a democracia americana.[...]

Esses não têm que envenenar a alma de seus filhos com as misérias domésticas do cativo; não têm que ver abrir-se na pureza dos seus amores e na transparência da sua felicidade os negros parênteses dolorosos da escravidão; não têm que dar, nas suas escolas, em vez da educação cívica, o ensino da opressão perpetuada; não têm que sentir a organização de sua pátria assentada na denegação eterna da liberdade a uma parte indefesa do gênero humano; não têm que corar, ante a civilização contemporânea, de um regime econômico, onde a riqueza constitua, pela sua origem, a equivalência do roubo; não têm que alongar os olhos pela velhice no desconforto de os cerrar, herdando intacto aos descendentes o vínculo secular do crime dos avós; não têm que antever o repouso da morte violado, no derradeiro jazigo, pela enxada dos escravos, levando-lhes à cova, como castigo de aquém-túmulo, o rumor da opulência criminosa dos sobreviventes.

A sociedade agitava-se nos últimos anos do regime escravista e ninguém discursava abertamente sobre a manutenção da escravatura que outrora fora fundamental para o desenvolvimento do Brasil, já que a produção se realizava por mãos negras, civilizadas pelo chicote. O desenvolvimento da maquinaria, as novas tecnologias e a possibilidade da imigração pelos desempregados e miseráveis produzidos pela economia capitalista européia em crise, bem como as pressões para o país modernizar-se e participar de um mercado econômico mundializado, permitiu à sociedade reorganizar-se com base no trabalho assalariado. Desta forma, a escravidão foi considerada uma “mancha” da qual a sociedade deveria se envergonhar, tomando forma a campanha para a abolição gradual, iniciada com a Lei do Ventre Livre de 1871 e outras medidas que acelerassem o processo.

Em 1889, contudo, um ano após a abolição, o Estado, ainda, continuava a cobrar 5% de impostos para libertação dos escravos, sem nenhuma preocupação com sua sorte e aplicação desses recursos para com os ex-cativos. Para Rui Barbosa (1947, v. XVI, t. III, p. 121-122), a sociedade deveria continuar se preocupando com a sorte dos libertos.

Declarar abolida a escravidão é dar apenas meia liberdade aos escravos. A parte mais difícil e mais importante da eliminação do jugo servil consiste na **redenção intelectual do liberto, na sua educação para o regime da vida civil pela escola e pelo trabalho.**

Instruir essa numerosa classe de cidadãos, e aparelhá-los para o trabalho inteligente são duas grandes necessidades, que o Estado não deve confiar exclusivamente à discrição das províncias. Há nessa aspiração elevadas conveniências nacionais, férteis em excelentes resultados.

Em vez de barbarizar, pois, os libertos, como está fazendo maligna e interesseiramente o ministério 10 de março, o que a consciência lhe aconselharia, se ele a escutasse, o que lhe ditaria o coração, se neste houvesse afetos sinceros pela raça emancipada, era ministrar-lhe o ensino elementar, os rudimentos de instrução agrônômica e a posse parcelar da terra. (Grifo nosso)

Destacava, portanto, a necessidade de ofertar educação aos escravos libertos. Essa educação deveria preparar o homem para o trabalho e para a cidadania. Era preciso criar o espírito necessário à manutenção da ordem burguesa sem a utilização do chicote, o melhor momento, para isso, era os primeiros anos da infância quando a criança poderia ser dispensada do trabalho. Assim, a escola primária colocava-se como solução, em seu interior era preciso veicular conteúdos que sensibilizasse para a permanência das classes sociais, incorporando conhecimentos humanísticos e o ensino de rudimentos das ciências para posterior aplicação no trabalho. Ganhava destaque, para Rui Barbosa, o ensino de desenho, de educação física e de higiene, voltado para a preparação do corpo do trabalhador, ao lado de conteúdos carregados de moral e cívica. Aos escravos libertos, em especial nos artigos de jornais, afirmava ser fundamental a oferta dessa escola. No artigo de 24 de março de 1889, “Política de Paz”, Rui Barbosa escreveu que era preciso dar educação a essa população recém-saída das senzalas.

Os riscos em que pode periclitir a condição dos remidos, não nascem da grande propriedade, absolutamente conformada, hoje, com a sua nova situação. Nascem deles próprios. São, posto que em grau diverso, os mesmos perigos comuns, entre nós, a todas as camadas populares: os perigos da ignorância e da inaptidão política.

Organizem os abolicionistas a educação dos libertos; e terão estes, antes dos filhos dos brancos, aquilo que os governos deste país ainda não quiseram dar à população brasileira; porque o ensino público decaiu sempre; e cada reforma, que se superpõe à rima das anteriores, é apenas uma transação entre a vaidade inculta dos administrantes e as ganâncias particulares dos administrados, neste gênero de negócio, o mais ímprobo dos que se exercitam entre nós. Promovam a reabilitação moral dos libertos pela instrução, como se faz, há vinte e cinco anos, nos Estados Unidos. (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 170-171).

Para ele, a educação brasileira ofertada em um número reduzido de escolas era insuficiente para atender a população brasileira. Nos *pareceres sobre o ensino primário*, em

1883, Rui Barbosa afirmou que era necessário negar tudo o que existia nesse nível de ensino, reorganizando o programa escolar inteiro de maneira a adequar-se às novas exigências pedagógicas. Procurou, ainda, mostrar a situação caótica do ensino brasileiro, analisando os dados estatísticos apresentados pelos ministros do Império. Para ele, a estatística “[...] apresentada no último relatório do Ministro do Império à Assembléia Legislativa demonstrava que o número de escolas no país tinha aumentado, porém os dados eram enganosos, uma vez que a população aumentara na mesma proporção”(MACHADO, 2002, p. 123). Assim, era preciso estimular a criação de escolas para o povo. O ensino primário era deficiente, principalmente, em sua qualidade. Para reverter esse quadro, era urgente adotar novos conteúdos e métodos para que a criança pudesse ser preparada para a vida: para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Rui Barbosa comentava também sobre os problemas do ensino secundário, que estava se dirigindo apenas aos exames de ingresso nos cursos superiores, e que não respondiam às necessidades do país, restringindo-se à formação de bacharéis para ocupar cargos no Estado, sem estimular o ensino agrícola, comercial ou industrial necessário à modernização do país. Sobre o ensino secundário, que se baseava exclusivamente na memorização, escreveu:

Várias alterações, algumas eminentemente pretenciosas, sofreu, de então para cá, o nosso sistema, ou *dessistema* oficial, neste ramo da administração. Todas elas, porém, se limitaram a mudar-lhe a casquinha em alguns pontos. Interiormente, o que se tem desenvolvido, são os vícios antigos, diminuindo dia a dia a pouca solidez, os raros vestígios de seriedade de outros tempos. Há mestres excelentes, em diversas especialidades, nas academias; há, nos liceus, professores notáveis. Mas o ensino decaiu incessantemente, as Faculdades produzem frutos cada vez mais pecos, a instrução secundária apresenta aspecto sempre mais miserável; enquanto as secretarias mourejam em atos oficiais, e os ministros andam à competência no *steple chase* das reformas efêmeras, ao encalço da originalidade, que lhes foge, e da celebridade que os maltrata. (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 237) (Grifos do autor)

Continuava sua crítica aos exames preparatórios nas páginas do “Diário de Notícias” como havia colocado em 1882. Dentre as várias questões que dificultavam o trabalho das escolas para que realmente dessem instrução aos alunos, Rui Barbosa perguntava: "Como fundar a instrução científica, lutando com a concorrência privilegiada, cínica, onipotente, que domina os exames preparatórios ao ensino superior? "(BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 251). Essa prática prejudicava o ensino secundário, pois este não

preparava o jovem para as necessidades da vida social, de maneira que se tornasse um trabalhador capaz e um cidadão preocupado com os destinos do país, apenas inculcava-lhe algumas informações para aprovação nos exames, privilegiando a memorização de poucos conteúdos.

Criticava com veemência o ensino memorizado ofertado em todos os níveis e a nomeação de professores incompetentes que em nada contribuía para melhorar o ensino público; exigia, assim, concurso para o magistério de forma a evitar os vícios do apadrinhamento. Como exemplo, em artigo publicado em 24 de agosto de 1889, citou o caso de um professor, aprovado em concurso em terceiro lugar, da Faculdade Recife, membro do Partido Liberal, contratado para o exercício do cargo em detrimento do primeiro colocado, comportando-se assim “*font toujours comme les autres*” quando tem o poder nas mãos (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. V, p. 219). No artigo “Fischio!” de 12 de setembro do mesmo ano, retomou essa questão enfatizando que o governo lesava o ensino superior quando não contratava os grandes talentos, mostrando indiferença para com o bem público. Destacou que os investimentos no ensino eram importantes para vários países empobrecidos pela miséria e pela guerra, para fundamentar sua argumentação citou o caso da Alemanha, Itália e a França. Estas concentravam “[...] no desenvolvimento da educação popular e da instrução superior os seus maiores sacrifícios, e punham na transformação das suas forças econômicas e militares pela ciência a esperança da desforra e da reintegração territorial” (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. VI, p. 100). No Brasil, os liberais, embora ocupando o poder, não se ocupavam dessa importante questão.

Para Rui Barbosa, as mudanças esperadas para a educação só aconteceriam se o Estado assumisse sua reforma completa e seu total financiamento. No Brasil, não se poderia deixar a educação do povo à mercê de interesses particulares, como somente a Igreja Católica tinha condições de manter escolas, esta estaria comprometida com a divulgação de sua doutrina. Rui Barbosa defendia que o ensino fosse obrigatório, gratuito e, sobretudo, laico, não privilegiando nenhuma religião, por isso defendia que o Estado não tivesse uma religião oficial.

Na esfera educacional, cobrava do Estado um papel mais atuante. Para ele, cabia ao Estado o grande papel de atividade criadora, que deveria impulsionar os melhoramentos materiais e culturais. Embora este tivesse papel central na sociedade, não deveria ser

centralizador, sua atuação deveria se dar por uma maior responsabilização das províncias. O remédio estaria na adoção do regime federativo e, temendo a chegada da República, suplicava que o Partido Liberal aderisse ao movimento federativo (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 6). O Partido Liberal mostrava-se reticente nesta questão e outras fundamentais para a modernização do país, o próprio partido corria perigo em sua existência por não estar atento às necessidades da sociedade. Sua opinião acerca da reabilitação do partido era de que este deveria devolver o governo ao povo, universalizando o direito de voto a todos os não analfabetos, realizar a federação, adotar a temporalidade do senado, bem como o casamento civil (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. II, p. 224-225).

Rui Barbosa, atento ao movimento geral do capitalismo mundial, ao defender a modernização social, colocava a urgência com que se fazia necessária a participação popular na política e, como havia defendido em 1881 na Câmara dos Deputados Gerais, defendia a alfabetização como fundamental ao exercício do voto. Para ele, a cidadania exigia uma preparação para que as bases da sociedade burguesa não fossem ameaçadas, a escola primária contribuiria ao privilegiar a formação moral e cívica do aluno.

Como bandeira de luta, criticava a vitaliciedade do senado, impedindo o rodízio dos cargos e a participação popular, bem como a adoção do casamento civil, permitindo a legalidade das relações realizadas entre os não-católicos. Permeava, ainda, nos artigos do autor, uma ferrenha crítica à centralização monárquica como responsável pela pouca vitalidade das províncias que se viam obrigadas a pagar impostos que não retornavam na forma de benefícios para a população provinciana. Essa prática alimentaria o movimento em prol da República. (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I, p. 90)

Rui Barbosa discutiu as origens do movimento republicano. Ele não seria fruto do ódio negreiro, pois a sua verdadeira causa se encontrava nos abusos da monarquia e no descontentamento com a centralização administrativa. Escrevia sobre a decadência do governo monárquico com frequência (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. I). Para justificar suas idéias, explicitava que fazia a defesa intransigente da federação, a americana, das províncias, seguindo orientação do próprio partido. A federação possibilitaria a descentralização ao mesmo tempo, uma vez que Rui Barbosa defendia a necessidade de o Estado não interferir na esfera econômica. Mostrava-se favorável à liberdade comercial. Assim, proteger “o trabalho nacional, e aumentar a prosperidade do Estado, embaraçando,

mediante direitos de importação, a entrada livre dos artigos de produção similares aos do país" (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. II, p. 79) era uma ação que não daria os resultados esperados. Citou a experiência australiana que adotou tarifas protetoras, mas com resultados ruins em relação às indústrias favorecidas. Direccionava apenas, o capital de um para outro setor, não aumentando a riqueza comum e total (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. II). O Brasil iniciava seu processo de industrialização tendo o café como base do seu crescimento, como apontado por Dean (1991) ao analisar o caso do Estado de São Paulo, mas experimentava muitas dificuldades para o seu crescimento, os industriais iniciaram forte campanha solicitando o apoio do Estado.

Diante do exposto, verifica-se que o papel do Estado na esfera econômica deveria ser limitado, contudo sua ação era desejável na propagação da escola pública. Por meio de sua ação como jornalista, reiterava a defesa da necessidade de organização de um sistema nacional de ensino, gratuito, obrigatório e laico, alcançando desde o jardim de infância ao ensino superior. Rui Barbosa criticou a metodologia e os conteúdos veiculados pelas poucas escolas existentes, uma vez que não contribuíam para a formação do cidadão e do trabalhador nacional, apenas ensinava as crianças a desprezar o trabalho (BARBOSA, 1947, v. XVI, t. VI, p. 108).

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, data em que assumiu o cargo de Ministro da Fazenda, ao deixar a direção do jornal, afirmou que o Brasil não se encontrava em estado de indigência, possuía recursos e propriedades, carecendo, porém, de boa administração. Essa administração, todavia, advogava que o Estado favorecesse alguns setores considerados prioritários da sociedade, como a indústria e a educação, mas sem inibir a iniciativa dos estados federados. Ao Estado cabia, portanto, o grande papel de atividade criadora, que deveria impulsionar os melhoramentos materiais e a indústria, transigindo com a defesa intransigente do Estado não interventor apresentado em outros momentos de sua vida pública. Contudo, os assuntos educacionais, para ele, eram prerrogativa do Estado à medida que acreditava serem de interesse da coletividade.

Os posicionamentos “em preto e branco” de Rui Barbosa, acerca das questões sociais, são importantes não porque revelam a genialidade do autor ou pela influência individual que ele pode ter exercido em seu contexto histórico. Todavia são fundamentais porque eles representam opiniões de parte da coletividade social, mobilizando-se para

apoiar tomadas de decisões que deram um novo direcionamento político ao país ao definir a forma de governo republicano. Nesse regime político, deve-se questionar qual o modelo delineado para o Estado e para a educação, contudo isto só os anos posteriores ao enfocado neste capítulo podem explicitar. A história, na totalidade que a engendra, permite aos estudiosos compreender porque a educação no Brasil ainda não foi democratizada e continua a ser tratada com descaso pelo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras completas**. v. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.
- _____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras completas**. v. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- _____. Lições de coisas (Tradução). **Obras completas**. v. XIII, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1956.
- _____. Queda do império (Diário de Notícias). **Obras completas**. v. XVI, tomo I ao VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947.
- _____. A Imprensa. **Obras completas**. v. XXV, tomo I ao III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- _____. A Imprensa. **Obras completas**. v. XXVI, tomo III ao VII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- _____. A Imprensa. **Obras completas**. v. XXVII, tomo III ao VI. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- _____. A Imprensa. **Obras completas**. v. XXVIII, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.
- _____. A ditadura de 1893 [Jornal do Brasil]. **Obras completas**. v. XX, tomo II ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: A imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados;Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 151- 174.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Bertrand, 1991.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados;Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 133 – 150.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Rui Barbosa: cronologia da vida e obra**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- _____. **Centro de documentação. Arquivo histórico. Repertório do arquivo de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1987.

- GONÇALVES, João Felipe. **Rui Barbosa: pondo idéias no lugar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000a.
- GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. **O liberalismo demiurgo**. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000b.
- LAGE, Nilson. O jornalismo brasileiro visto pelos críticos. In: DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Orgs.). **A imprensa em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 164-168.
- LUSTOSA, Isabel. Rui jornalista. In: LUSTOSA, Isabel et al.. **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 09 – 42.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2002.
- NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista – A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11 – 31.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. O jornalismo brasileiro visto por correspondentes estrangeiros. In: DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Orgs.). **A imprensa em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 26 – 32.